

# NÓS MULHERES

Nº5 JUNHO/JULHO-77

Cr \$ 5,00

**SALÁRIO:  
SÓ PONDO  
MAIS ÁGUA  
NO FEIJÃO**



**RACISMO,  
UMA  
OPRESSÃO  
A MAIS**

DEPOIS DAS REFORMAS,  
OS ESTUDANTES ESTÃO NAS RUAS  
[MAS FORA DO RADIO E DA T.V.]

## NÓS MULHERES

1977 ANO 07 0 800

**SALÁRIO:  
SÓ PONDO  
MAIS AGUA  
NO FELTÃO**



**DEPOIS DAS REFORMAS  
OS ESTUDANTES ESTÃO NAS RUAS  
(MAS FORA DO RADIO E DA TV)**

### EXPEDIENTE

#### Conselho Editorial

Bia Kfourri  
Carolina Oliveira Macedo  
Cida Aidar  
Cynthia Sarti  
Jany Raschkovskiy  
Laura Salgado  
Leda Cristina O. Galvão  
Maria Inês Castilho  
Maria Inez Zanchetta  
Marli Gonçalves  
Marta  
Rita de Luca  
Sara Goldman  
Solange Padilha  
Susana Kfourri  
Vera Lucia Oliveira

#### Colaboradores:

Ana  
Beth Mendes  
CEBES  
Ciga  
Elisa  
Elisabeth Almeida  
Estela Neves  
Fátima Almeida  
Francisco Lucrécio  
Glória Nogueira  
Henfil  
Isabel  
Laerte  
Lucia  
Ilgneitz  
Marion Frank  
Moema  
Moisés Rabinovici  
Nair Benedicto  
Olga Cafalechio  
Renata Villas-Bôas  
Rosália Lerner  
Sandra Abdalla  
Vera Simonetti  
Teresa Bissoto  
Valéria  
Associação das Mulheres  
da Bahia  
Clube de Mães da Zona Sul

**Jornalista Responsável**  
Anamarcia Vainsencher

**Administração e Redação**  
Rua Fidalga, 548, sala 26  
Vila Madalena - S. Paulo (SP)

**Composto e impresso pela**  
Empresa Jornalística AFA  
Av. Liberdade, 704 - fone:  
278-9010

NÓS MULHERES é um publica-  
ção da Associação de Mulheres

# EDITORIAL

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de idéias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode aparecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da idéia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas; aceitar a lentidão das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outras se aproximaram. Deixamos um porão frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar.

Nesse primeiro ano tomamos contato com outros grupos de São Paulo, com grupos feministas no Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre. O movimento cresceu, tendência inevitável deste momento da História em que já não se pode mais tolerar a constante violação dos direitos humanos. Cresceu tanto, que a comemoração do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, há dois anos praticamente desconhecido no Brasil, este ano aconteceu em vários pontos da cidade, com a participação de mais de mil mulheres-operárias, empregadas domésticas, donas de casa, mães, estudantes, intelectuais. Tanto, que o Congresso Nacional acaba de dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação da mulher no Brasil. E embora seja voz corrente que quando não há solução para um problema, nomeia-se para ele uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o fato é que a inferioridade da mulher deixou de ser um tema maldito para ser, ao mesmo, reconhecido oficialmente. (Há dez anos, um número especial da revista Realidade sobre o tema Mulher e Trabalho sofreu o mesmo destino.)

Há esperanças, porém. Mesmo lutando com a falta de liberdade de expressão que o sistema político nos impõe, estamos realizando o nosso trabalho. (E para isso temos contado com o apoio de amplos setores da imprensa.) Mesmo lutando com muita dificuldade econômica, temos conseguido sobreviver. Pois sabemos que enquanto houver uma mulher oprimida, não haverá liberdade; enquanto nossos olhos refletirem a imagem de favelas miseráveis, de famílias inteiras se arrastando pelas ruas; a imagem de mulheres seminuas em capas de revistas, em folhinhas penduradas nas paredes das oficinas; enquanto houver crianças famintas e abandonadas, trancadas sozinhas dentro dos quartos enquanto as mães vão trabalhar; enquanto houver prostituição, nenhuma mulher será livre, Sabemos disso, e essa é nossa causa. Vencidas as dificuldades iniciais, é como escreveu uma companheira: «Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós. E isso já é muito mais que um começo».

### CONTRIBUA COM NÓS MULHERES FAÇA SUA ASSINATURA

Para isto, envie cheque nominal de Cr\$50,00 para a Associação das Mulheres à Rua Fidalga, 548, sala 26, Vila, Madalena - São Paulo - Capital. Essa assinatura dará direito a 6 números do jornal.

NOME .....  
RUA ..... N° .....  
BAIRRO ..... CEP .....  
CIDADE ..... ESTADO .....  
PROFISSÃO .....

### PELA IMPRENSA INDEPENDENTE

ESCRITA **Bagaço** **OVELHA**  
**Coojornal** **NEGRA**  
**COBRA DE VIDRO** **PASQUIM**  
**DE FATO** **MOVIMENTO**  
**BRASIL MULHER** **VERSUS**

# 1º de Maio

NO DIA 1º DE MAIO COMEMORA-SE EM TODO MUNDO O DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. ESTA DATA FOI ESCOLHIDA PARA LEMBRAR O MASSACRE DE TRABALHADORES OCORRIDO EM 1886, EM CHICAGO, NOS ESTADOS UNIDOS.

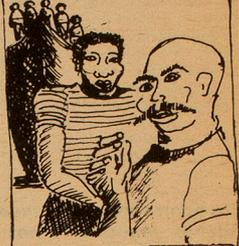
JORNADA DE OITO HORAS; PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER E DO MENOR E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA; ERAM AS REIVINDICAÇÕES.

110.000 OPERÁRIOS PARARAM OS TRABALHOS, QUASE TODO O PAÍS FOI ATINGIDO. AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA. MANIFESTANTES SÃO ESPANCADOS, SETE OPERÁRIOS QUE FALARAM EM COMÍCIOS, SÃO PRESOS; TRES MORREM UMSUICIDA-SE NA PRISÃO; OS OUTROS, CONDENADOS A PRISÃO PERPÉtua SÃO LIBERTADOS 7 ANOS MAIS TARDE APÓS UMA REVISÃO DO PROCESSO.



1865 INÍCIO DA IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O BRASIL PRINCIPALMENTE ITALIANOS. NÃO HÁ NO PAÍS LEI QUE PROTEJA O TRABALHADOR. OS IMIGRANTES TRAZEM EXPERIÊNCIA ANACOSMICAL DA EUROPA. INÍCIO DE REIVINDICAÇÕES, JORNADA DE OITO HORAS ETC.

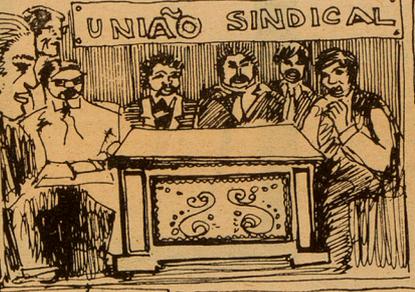
1889 - OPERÁRIOS DE VÁRIOS PAÍSES REUNIDOS EM PARÍS (FRANÇA) DEDICARAM O DIA 1º DE MAIO A MEMÓRIA DOS OPERÁRIOS DE CHICAGO. ESSA DATA PASSA A SER O SÍMBOLO DA LUTA DOS TRABALHADORES. O 1º DE MAIO, MAIS DO QUE UM DIA DE FESTA, REPRESENTA A UNIÃO DOS TRABALHADORES NA LUTA POR UMA VIDA MELHOR.



1895 GREVE NO PORTO DE SANTOS. A PRIMEIRA RESENDEADA EM SÃO PAULO.

1930 FOI CRIADO O MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ENCARREGADO DE REGULAMENTAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

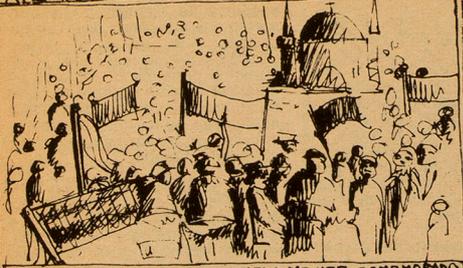
1932 CONSTITUIA A UNIÃO SINDICAL COM UM PLENÁRIO DELIBERATIVO FORMADO POR UM REPRESENTANTE DE CADA SINDICATO. ENTRAM EM VIGOR LEIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR FEMININO (SALÁRIOS IGUAIS, PROIBIÇÃO DE TRABALHO NOTURNO E DE DISPENSA DE TRABALHADORAS GRAVIDAS). ESSAS LEIS NÃO SÃO RESPEITADAS ATÉ HOJE.



1934 CONVOCA DA UMA CONSTITUINTE GETULIO VARGAS NÃO CUMRIU A PROMESSA DE REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS CLASSES, OS OPERÁRIOS TIVERAM POUCO PARTICIPAÇÃO, SENDO PERJUDICADOS NA DEFESA DE SEUS DIREITOS.



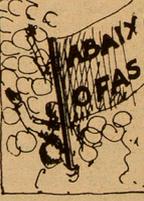
1935. FIXADO POR LEI O LIMITE DE HORAS DE TRABALHO DIÁRIO PARA INDÚSTRIA. HOJE NÃO CUMPRIDO.



1937 O 1º DE MAIO FOI AMPLAMENTE COMEMORADO ESVAZIANDO AS MANIFESTAÇÕES OFICIAIS, ORGANIZADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

EM NOVEMBRO, FOI FECHADO O CONGRESSO E PUBLICADA NOVA CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO FOI O PRINCIPAL ALVO A SER ATINGIDO VÁRIAS MEDIDAS FORAM TOMADAS HO SENTIDO DE CONTROLAR SUA AÇÃO E SUBMETTER TODA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL AO MINISTÉRIO DO TRABALHO. PROIBIRAM-SE AS GREVES E FOI CRIADO O "ATESTADO DE IDEOLOGIA".

APESAR DE TODO ISO, AS LUTAS DOS OPERÁRIOS CONTINUARAM.....



1943 - CRIADA A JUSTIÇA DO TRABALHO, E PROMULGADA A CONSOLIDAÇÃO AS LEIS TRABALHISTAS (CLT) QUE FEU UNIDA DE AS LEIS ATÉ ENTÃO EXISTENTES. GETULIO ROMPE COM O EIXO NAZI-FASCISTA. INICIARAM-SE ENTÃO AS MANIFESTAÇÕES OPERARIAS E POPULARES CONTRA O FASCISMO. SURTIRAM REIVINDICAÇÕES PELA ANISTIA IRRESTRITA, PELO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO.



1953 GREVE DE 530 MIL TRABALHADORES CRIASE O COMANDO GERAL DA GREVE. LOGO SE TRANSFORMA EM FACTO INTERSINDICAL.

1964 - DEPOSIÇÃO DE JOÃO GOULART. OS SINDICATOS FORAM OCUPADOS, AS GREVES PROIBIDAS E OS SALÁRIOS CONGELADOS.

1968 - O 1º DE MAIO FOI AMPLAMENTE COMEMORADO NA PRAÇA DA SÉ, EM SÃO PAULO. FOI UM ANO DE ASCENSO E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO. ATÉ QUE EM DEZEMBRO FOI DECRETADO O ATO INSTITUCIONAL Nº 5.

1973 - OS TRABALHADORES, SENDO OS MAIS PREJUDICADOS PELA CRISE ECONÔMICA EM QUE VINHA MERGULHANDO O PAÍS, COMEÇAM A MAFESTAR SEU DESCONTENTAMENTO POR MEIO DE MOVIMENTOS "TARTARUGA" "QUEBRA-QUEBRA".

1974 - NAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES, O MDB, PARTIDO DA OPOSIÇÃO RECEBE VOTAÇÃO MACIÇA DOS TRABALHADORES, QUE ASSIM DEMONSTRARAM SUA INSATISFAÇÃO COM A SITUAÇÃO.

1975 - ASSEMBLEIA PELO CUSTO DE VIDA COM MAIS DE 4000 MORGADORES DA PERIFERIA.



1977, NESTE ANO, EM VÁRIOS PONTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, OS TRABALHADORES COMEMORARAM O 1º DE MAIO. AS REIVINDICAÇÕES FORAM SALÁRIOS IGUAIS PARA HOMENS E MULHERES, CONTRA O DESEMPREGO - ETC.

# MENSTRUACÃO: VAMOS FALAR NELA?

Ela ocorre todo mês. Vem e vai. Apenas sentimos (e nos) Mas nunca paramos para pensar no que é realmente a menstruação: nos tabus que existem a seu respeito, na tensão que a acompanha, nos problemas que ela pode ter.

«Eu ouvia falar em *compadre chico, estou com o chico, o chico chegou*. Via minha irmã usando toalhinhas, mas não sabia direito do que se tratava. Quando me veio pela primeira vez morri de vergonha, não contei a ninguém. Cavava buracos na terra para enterrar os paninhos que eu mesma fazia. Um dia minha mãe me pegou cavando e pela primeira vez tocamos no assunto».

Ângela, 46 anos, dois filhos, fala das dificuldades que enfrentou nas primeiras vezes que ficou menstruada. Como ela, muitas meninas recebem com apreensão esse sinal de que «estão moças». *Chico, pacote, incômodo*, a menstruação é considerada pela sociedade que lhe dá esses nomes como algo desagradável. *Estar de pacote*, por exemplo, é estar chata, irritada e agressiva. Da mesma forma, na língua inglesa a palavra «curse», que quer dizer maldição, é usada para designar a menstruação. Quais seriam as causas desse tabu, dessa vergonha e desse escárnio com que é rodeada a menstruação feminina? O problema tem raízes muito remotas, e encontramos referências a ele nos textos de algumas religiões. Para o islamismo e o judaísmo, por exemplo, a mulher deve «purificar-se» depois da menstruação. Só assim estará apta a voltar a ter vida sexual com os homens. Em algumas tribos primitivas ela é isolada da comunidade, pois acredita-se que é impura e perigosa para os seres vivos. Essas crenças primitivas estão ainda presentes em nossa sociedade, como se pode notar claramente em ditos populares tais como «mulher menstruada não tem boa mão para a comida»; «mulher menstruada estraga a massa do pão».

O sexo não é permitido

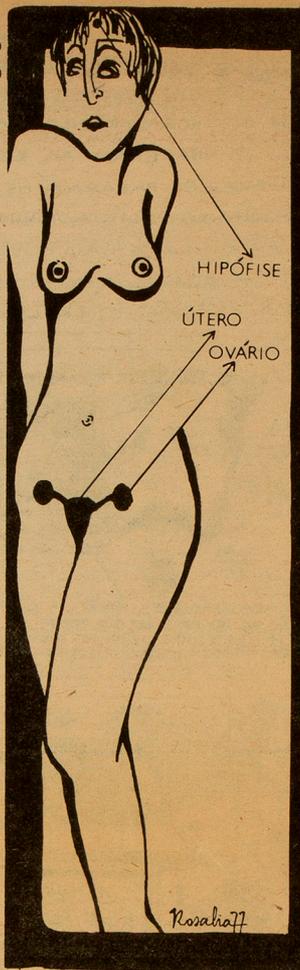
Um dos preconceitos mais arra-

gados em nossa moral sexual é o de que não se deve ter relações sexuais durante a menstruação. O período menstrual é aquele em que a mulher pode, com certa margem de segurança, ter relações sexuais com a certeza de não engravidar. Talvez tenha sido por isso que as primeiras tribos judaicas proibissem o ato sexual durante a menstruação: era necessário que a mulher engravidasse para assegurar a continuidade das tribos. Pode-se aqui fazer um parêntese para refletir sobre a sexualidade feminina, sempre confundida com sua capacidade de procriar. A vida sexual da mulher parece ser uma conquista muito recente pois tem sido sempre relegada ao esquecimento, só legitimada quando dessa relação nasce uma nova vida, ou melhor - um novo cidadão, mais dois braços para o trabalho do grupo social.

Com tantos pontos obscuros à sua volta, a menstruação traz à tona o «milagre» da procriação. Sua presença significa que não foi criado o mecanismo que dá origem a mais um ser humano. E é por isso que ela é às vezes tão ansiosamente esperada pela maioria das mulheres. Muito embora nossa vida sexual esteja ainda irremediavelmente ligada à capacidade de procriar, o caminho da liberdade parece estar na clara separação entre nosso papel de mãe, que deve ser uma escolha, e o de ser humano com necessidades afetivas e sexuais.

## Mas afinal o que é menstruação?

«A menstruação costuma ocorrer entre os 12 e os 14 anos, em países quentes como o nosso (nos países nórdicos, muito frios, ela começa mais tarde). Muitas vezes é irregular no início, porque o órgão não atingiu a maturidade». Quem nos da essa explicação é Dra. Gudrum, médica homeopa-



de vida. O organismo segrega, então, outros hormônios, e depois de 14 dias aparece uma nova menstruação. «O sangue menstrual», explica Dra. Gudrum, «é uma parte da mucosa uterina, uma pele que reveste o útero por dentro e que se descama. Os vasos sanguíneos liberam então o sangue, que é um sangue normal».

Todo mês o nosso organismo se prepara para receber o óvulo fecundado: logo após a menstruação começa a se formar uma nova camada na parede interna do útero que é para receber o óvulo fecundado.

No momento em que ocorre a ovulação há um aumento da temperatura de nosso organismo, que permanece assim até a próxima menstruação. Medir a temperatura diariamente pode ser uma maneira de conhecer melhor nosso ciclo menstrual, definindo com clareza qual é o período fértil, que na verdade não é de mais que uma semana.

A mulher que está amamentando geralmente não menstrua, mas pode estar ovulando. Deve tomar precauções se não quer engravidar novamente.

## Os distúrbios mais comuns

Quando a menstruação não apareceu até a idade de 15 anos, deve ser por algum distúrbio hormonal ou do próprio ovário. Quando o ciclo é de apenas 15 dias, é sinal de que a mulher está tendo sangramento durante a ovulação. Nesses casos deve-se procurar um médico.

O problema enfrentado pela mulher com maior frequência são as cólicas ou a tensão pré menstrual. As cólicas, explica Dra. Gudrum, podem ser devidas à má posição do útero. Ou então, inflamação nos órgãos genitais. Corrimentos, dores durante o ato sexual, são sinais de que algo está errado. Finalmente, uma outra causa muito frequente das cólicas menstruais é a falta de aquecimento adequado durante o inverno. Os joelhos têm íntima ligação com o sistema gênito-urinário, e devem ser mantidos bem agasalhados. Também o funcionamento dos intestinos deve ser observado: um atraso na menstruação pode corresponder a um intestino constipado. Pode-se regularizar os dois sistemas através da alimentação adequada de chás medicinais ou de auto disciplina, isto é, indo ao banheiro todo dia no mesmo horário.

Já a tensão pré menstrual é diferente da cólica. A cólica é a dor que acompanha o sangramento e a tensão ocorre geralmente antes, ou até mesmo depois da menstruação descer. É aquele nervosismo, inquietação, ansiedade, cansaço, insônia ou sonolência que muitas vezes nos pegam desprevinidas, sem a gente saber porque. A tensão pré menstrual parece ter causas principalmente psicológicas. No momento da menstruação, os dois hormônios que a controlam, o estrogênio e a progesterona, se encontram em nível bastante baixo em nosso organismo. Isso parece causar a tensão. Mas se não temos nenhum aborrecimento, essa tensão não é forte a ponto de incomodar. Os psicanalistas em geral acham que a principal causa da tensão pré menstrual é a não aceitação da feminilidade. Pode-se perguntar: que mulher não tem problema para aceitar seu papel nessa sociedade, onde ele é tão desvalorizado?

ta de mais ou menos 45 anos, quatro filhos. Segundo ela, o ciclo menstrual normal é aquele que acompanha o ritmo da lua - de 28 em 28 dias. Nas mulheres que fazem muito trabalho físico, como por exemplo andar bastante, os ciclos tendem a ser normais. As que levam vida muito parada, porém, tendem a ter ciclos geralmente de 21 a 36 dias, considerados também normais, desde que sejam constantes.

No décimo quarto dia do ciclo menstrual normal acontece a ovulação, que é quando o ovário libera um óvulo maduro. O óvulo, que é a célula sexual feminina, tem apenas algumas horas de vida segundo as pesquisas mais recentes. Pode encontrar à sua espera um espermatozoide (célula sexual masculina), que tem vida mais longa, de três a quatro dias. Acontece então a fecundação, a junção de um espermatozoide com um óvulo, sendo que esse óvulo fecundado irá fixar-se em alguma parte do interior do útero (chamado fenômeno da nidadação.) É a gravidez.

Quando o óvulo não encontra um espermatozoide à sua espera (isto é, se a mulher não teve relações sexuais desde quatro dias antes e até quatro dias depois do aparecimento do óvulo), o óvulo morre após aquelas poucas horas

# menino pode

# menina não

## Menino ou Menina?

O período de gravidez é dominado por esta pergunta. E, já que todos nós fomos educados desde a infância, a pensar que o homem é superior à mulher, é natural que a preferência, principalmente se for o primeiro filho, seja por ter filhos homens. Existem até várias receitas populares para tentar adivinhar se nascerá um menino ou uma menina. E se verificarmos algumas delas, apesar de não passarem de crenças populares sem fundamento científico, veremos que todas traduzem a vontade e a esperança de que seja um menino. Se a barriga da mulher estiver pontuda, se a pele de seu rosto estiver lisa e macia, se a gravidez for fácil e a mulher ficar mais bem humorada, são todos indícios de que nascerá um menino. Ao contrário, se a barriga estiver redonda, a pele do rosto espinhuda, se a gravidez for difícil, a mulher ficar de mau humor e com choro fácil, tudo indica que será uma menina.

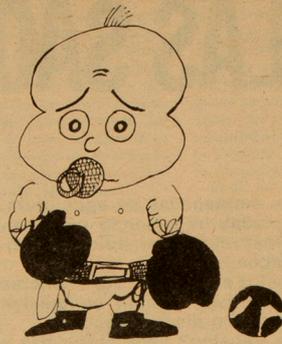
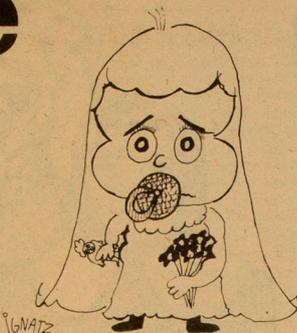
## O menino é o preferido

Por que o menino é o preferido? Na verdade todos esperam que o homem seja alguém na vida, tenha responsabilidades familiares, econômicas, políticas, enfim que tenha um papel ativo na sociedade. Enquanto que da mulher, espera-se no máximo que seja principalmente uma boa filha, ajudando no serviço da casa e fazendo companhia aos pais e quando crescer, uma boa mãe e esposa. Uma mulher, ao ser entrevistada por um canal de televisão sobre quantos filhos queria ter, refletiu bem este problema, respondendo: «Quero ter dois filhos homens para o bem do país e uma menina para a satisfação pessoal».

Portanto, antes de nascerem, as crianças já se encontram separadas pelo sexo. Quando nascem, e antes mesmo de terem consciência a que sexo pertencem, meninos e meninas deverão seguir o modelo ideal que existe para cada sexo. É evidente que se os pais já têm na cabeça qual é o comportamento ideal para um menino e qual comportamento para uma menina, mesmo sem perceberem, darão uma educação diferente a seus filhos, segundo o seu sexo.

## Uma moral para cada sexo

O menino é muito mais facilmente deixado nú, do que a menina. Tenta-se desde cedo mostrar à mulher que ela deve ter vergonha do seu corpo. Acontece frequentemente até, que as mães escondam a nudez de suas filhas, se chegam estranhos no momento em que a menina está sendo trocada. O que nunca acontece com um menino. Ao contrário, o corpo do menino é até causa de vários comentários e observações como: «Olha o pintinho dele!». A sexualidade do menino é mostrada, aceita e até gratificada, enquanto que a



da menina é totalmente ignorada. Quando a criança começa a brincar com seus órgãos sexuais, esta atividade, mesmo quando é reprimida, é muito mais tolerada no menino, pois parte-se do princípio que ele é dotado de instintos sexuais mais fortes do que os da menina e que estas atividades devem ser tolerados e até encorajadas nos meninos e reprimidas nas meninas.

Até com a limpeza, as mães são muito mais exigentes com as meninas do que com os meninos. Esperam que as meninas façam suas necessidades o menos possível, que sejam limpas e arrumadas. Se um menino é relaxado, vive sujo, isto parece natural, mas não é aceito numa menina.

## Os modelos ideais

As mães são mais severas e exigentes com as meninas principalmente quando estas são muito ativas, curiosas, independentes, barulhentas. Isto também acontece com o menino quando ele é mais quieto, passivo, dependente. O menino ativo e a menina passiva são os modelos tidos como ideais e as mães fazem o possível para que seus filhos se aproximem destes modelos.

Maria começou a andar antes de fazer um ano de idade. Sempre foi uma criança ativa, agitada e alegre. Era independente, gostava de estar na companhia de outras crianças e de conseguir o que queria. Até um ano meio, sua mãe aceitou que fosse assim, «um falso menino», mas depois achou que Maria não estava de acordo com o modelo ideal de menina: passiva, calma e obediente. E aí começaram os conflitos entre Maria e sua mãe. Esta começou a ser muito severa e exigente com a filha. Poucos meses depois, a menina começou a mudar, a ficar mais quieta, e com 3 anos já sabia tricotar, com 4 passar roupa e com 5, arrumar sua cama sozinha. Mas se tornou uma menina nervosa, envergonhada, começou a ranger os dentes e a morder os lábios. Maria vive angustiada por ter que dominar e controlar sua maneira natural de ser.

Marcos tem um ano e 2 meses, mas ainda não anda. É preguiçoso e demora a decidir buscar um objeto que esteja longe dele. Gosta muito de colo. Se é agredido por outra criança, não se defende mas somente se afasta. É passivo, lento e precisa ser estimulado para agir. Sua mãe reclama por ele ser assim

e faz o possível para que ele seja mais ativo, reaja aos ataques de seus amiguinhos, seja mais agressivo, tenha mais espírito de competição. Se Marcos fosse uma menina, seria deixado em paz, pois estaria perfeitamente dentro do comportamento aceito para uma menina. E, da mesma forma, se Maria fosse um menino, corresponderia ao modelo de comportamento masculino.

## «Sou menina». «Sou menino».

Com mais ou menos um ano e meio de idade, mesmo não sabendo falar «sou uma menina» ou «sou um menino», a criança sabe que existem dois sexos, que seu pai e sua mãe são diferentes e que ela é como seu pai ou como a sua mãe. No entanto, sexos diferentes, não deveriam implicar necessariamente em comportamentos diferentes.

Mas o fato é que na sociedade em que vivemos, existem dois modelos fundamentais de comportamento que se baseiam exclusivamente no sexo. A criança portanto só vê estes dois modelos para seguir e é evidente que a menina vai ser estimulada a seguir o comportamento sua mãe e o menino o de seu pai.

A diferença existente entre estes dois tipos de comportamento é enorme. Como o valor social da mulher é considerado inferior ao do homem, a identificação do menino com a mãe é considerada degradante e a da menina com o pai, anormal. E, por mais extraordinária e sem preconceitos que seja a mãe, ela não deixa de ser uma mulher a quem a sociedade atribui um valor social inferior e tarefas subalternas. A menina é pressionada por todos os lados a assumir gradualmente o papel feminino. Neste sentido, como o papel atribuído à mulher é um papel passivo e desvalorizado, a menina já está desde cedo em desvantagem com relação ao menino. Assim, segundo estes dois modelos, é normal que um menino aprenda a assobiar, mas não muito que uma menina o faça. Não toleramos que uma menina seja mal educada mas toleramos perfeitamente a má-educação num menino. A menina não pode brincar, falar alto e muito menos dizer palavras. E se é um menino que faz tudo isto achamos graça. Se a menina não é afetuosos com crianças menores, achamos que ela é um monstro mas aceitamos isto num menino. Se um menino tem medo e é chorão, achamos ridículo, se é uma menina, achamos normal.

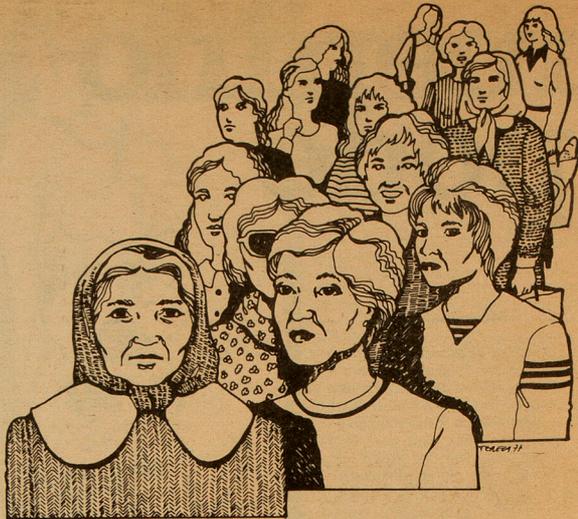
Incentivamos o menino a brincar de guerra, subir em árvores, mas preferimos que a menina brinque de boneca e de comidinha. Se surpreendemos o menino a brincar com seu sexo, fazemos com que pare. Mas se é uma menina, não só fazemos com que pare mas não conseguimos esconder nossa repugnância. Os exemplos são muitos mas todos mostram que a educação dada ao menino é muito mais livre para que ele se acostume desde cedo às tarefas mais honrosas e de maior responsabilidade que a sociedade lhe reserva. Ao passo que as tarefas reservados à menina são as de ser uma boa mãe e esposa, a acostumar-se a viver dentro das quatro paredes de sua casa. Sua liberdade é bastante limitada desde cedo.

Quando os homens dizem «Nós os Homens», o dizem com um sentimento de orgulho, com a convicção de que são superiores e pertencem a um grupo privilegiado. No entanto quando dizemos «Nós Mulheres», sentimos que somos um grupo oprimido. Isto não quer dizer que as mulheres gostariam de ser como os homens mas sim que a grande maioria das mulheres gostaria de ter os mesmos privilégios e possibilidades que são reservados aos homens. Na verdade, a superioridade e a força de um sexo se fundamenta sobre a inferioridade e a fraqueza do outro. Para dominar, o homem precisa de alguém que aceite ser dominado. Não se trata evidentemente, de inverter os papéis mas de parar de educar os meninos para que dominem e as meninas para que aceitem e gostem de ser dominadas. Não se trata de tirar as bonecas das meninas, mas de dar bonecas aos meninos. Se os pais cuidassem dos filhos tanto quanto as mães, as crianças veriam o cuidado com os filhos é um papel que pode ser desempenhado pelos dois sexos e teriam também um modelo de ternura masculina. Não se

trata portanto de diminuir a afetividade feminina mas aumentar a masculina (o homem foi acostumado a não chorar, a não se emocionar, a ser duro e insensível). Não é incentivando as meninas a imitarem e competirem com os meninos que estaremos mudando alguma coisa mas sim se respeitarmos a maneira de ser de cada criança (ativa ou passiva, quieta ou barulhenta etc) e deixando que ela própria escolha como preferir ser, independentemente de seu sexo. Para isto, seria preciso oferecer às crianças, vários modelos de comportamento que não fossem os dois modelos (feminino e masculino) até hoje, fundamentais de comportamento.

Como a educação não é uma tarefa exclusiva dos pais, mas também e principalmente da sociedade (a criança vai à escola etc), é necessária uma mudança na sociedade como um todo, para que possam ocorrer transformações na educação.

# AS FRANCESAS COMO ELAS SÃO



No passado eram na maioria empregadas na agricultura. Hoje, são 6 milhões de assalariadas trabalhando principalmente na indústria de alimentação, têxtil, remédios, eletrônica, etc...ou, no setor de serviços.

A participação na vida econômica e nas lutas por melhores condições de vida e de trabalho lhes valeram conquistas importantes, mas ainda hoje, existem discriminações.

Quais são suas condições de trabalho? Seus problemas e reivindicações mais importantes?

## Trabalho, salário...Restrições do mercado

Na França, o salário mínimo é atualmente de Cr\$ 4.340,00 (1.550 francos) e as trabalhadoras são 79% dos que recebem salário mínimo. Apesar da lei garantir a mesma remuneração para homens e mulheres, nem sempre ela é cumprida e além disso, nos ramos onde as mulheres trabalham com mais frequência, existe uma baixa contínua dos salários: uma operária especializada de uma fábrica de roupas ganha o mesmo que um operário não qualificado da indústria de automóveis Renault.

Categorias inferiores:- «Nós somos sempre as últimas a sermos promovidas»; cargos sem responsabilidade ou discriminação da qualidade do trabalho:- «Ocupo um cargo de chefia na minha fábrica, mas quando existem problemas importantes a serem resolvidos, não é a mim que se dirigem»; são também condições impostas pelo mercado de trabalho às assalariadas francesas. Muitas sentem esta situação como um problema individual:- «Se não nos promovem, é por que não somos capazes». Outras reagem lutando contra essa injustiça social.

Os argumentos que dificultam o acesso da mulher a cargos mais bem pagos são conhecidos:- «Insuficiência de rendimento»- como se as mulheres fossem por natureza mais «preguiçosas» ou incapazes - «Elas não podem fazer tal ou tal coisa, por causa das obrigações familiares». Resultado, quando as empresas organizam cursos para melhorar a formação profissional dos trabalhadores, em geral não são chamadas, logo elas as mais necessitadas.

Levando em consideração esta situação, um documento das Centrais Sindicais diz:... «as reivindicações das mulheres assalariadas interessam tanto à mulher quanto ao homem e ambos estão engajados em conquistá-las. O lugar inferior que a mulher ocupa no trabalho, na família e na sociedade, é resultante de uma concepção retrógrada de seu papel social, que cabe a todos nós transformar».

Para isso, as trabalhadoras lutam por cursos que elevem a qualificação do seu trabalho; pela implantação de um sistema de ensino, onde seja banido tudo que transmite à criança uma certa imagem da mulher e que mais tarde bloqueará sua participação social e econômica.

## «Velha demais para um emprego, moça demais para o sossego».

A fila é longa e na maioria são mulheres. De todas as idades, com filhos nos braços ou não crianças que correm à volta. Poderia parecer a entrada de uma creche, mas é a fila dos desempregados. Elas vão buscar a indenização-desemprego, que o governo francês paga aos trabalhadores desempregados. Durante um ano, o trabalhador que prova estar procurando emprego sem encontrar, recebe o correspondente a 90% de seu último salário. Depois, essa soma vai diminuindo. Apesar disso, esta foi uma conquista importante das classes trabalhadoras.

Como em toda parte, o desemprego é um problema grave para os trabalhadores e atinge

atualmente mais de 800 mil mulheres (registradas na indenização-desemprego). As mulheres idosas são as mais atingidas:- «Em todos os lugares esbarro com o problema da idade: velha demais. Trabalhei desde os 14 anos de idade e sempre trabalhei, mesmo quando tive de criar meus filhos. Agora dizem que estou velha demais para o trabalho, mas nem por isso me dão a aposentadoria: moça demais, dizem eles...»

Em fevereiro passado, delegadas sindicais representando mais de 80 fábricas, organizaram um encontro para discutir seus problemas e aí constataram que nem sempre as «dificuldades financeiras» levantadas pelos donos das indústrias, são as responsáveis pelas demissões em massa... e ao mesmo tempo que eles despediam uma parte das operárias - diz uma delas - contratavam outras tantas em regime temporário e com pagamento por peça. Ora, é sabido que esse tipo de contrato não só aumenta a concorrência entre nós, mas também os lucros patronais». Uma outra operária contou que onde trabalhava estavam despedindo todos os empregados e transferindo as máquinas para um país onde a mão de obra é mais barata.

Sejam quais forem as razões, o fato é que o desemprego aumentou muito nos últimos anos e muitas mulheres não conseguem trabalhar ou são obrigadas a aceitarem trabalho fora de suas profissões. É bastante significativo que o número das que procuram a Previdência Social por problemas nervosos tenha dobrado entre 1975 e 1976, justamente quando houve aumento do desemprego.

Diante deste quadro, a plataforma sindical exige uma política de respeito ao direito da mulher trabalhar, pela criação de novos empregos; e em número suficiente; é pela supressão do trabalho temporário (grande parte das mulheres são autônomas) e contras as discriminações ligadas à mulher (gravidez, estado civil, etc...)

## Os filhos e o trabalho da mulher

Além do salário mínimo de Cr\$ 4.340,00, o assalariado francês recebe também pela Previdência Social. Esta instituição se ocupa dos seguros relativos à doenças, acidentes, invalidez, aposentadoria, morte, maternidade. E, as Caixas de Prestações Familiares (sustentadas em 95% de cotizações feitas sobre os salários dos trabalhadores), cobrem parte dos gastos que a família tem com os filhos.

A quantia remunerada pelas Prestações Familiares varia de acordo com a situação familiar: número de filhos, número de filhos em idade escolar, e se a mulher não trabalha fora, o marido recebe o «salário único» pelo trabalho que a mulher tem na educação dos filhos. Quando os dois trabalham, recebem uma quantia para cobrir em parte os gastos do casal com o cuidado dos filhos.

Para se ter uma idéia de como isso contribui no orçamento do trabalhador, vejamos o exemplo de uma família com 3 filhos, dois em idade escolar e um bebê, onde o marido ganha menos que 3000 francos e a mulher não tenha emprego:

- o correspondente aos 3 filhos .....	Cr\$ 1.215,00 (434 f)
- salário único .....	Cr\$ 271,00 (97 f)
- gastos do bebê .....	Cr\$ 553,00 (194 f)
- despesas de condução dos dois filhos em idade escolar .....	Cr\$ 775,00 (277 f)
TOTAL .....	Cr\$ 2.815,00 (1002 francos)

De modo que se o trabalhador recebe um salário mínimo da empresa, seu salário mensal será ao todo de: Cr\$ 7.145,60 (2 552 francos)

Criada em 1946, a Previdência social desenvolveu-se e aumentou seus serviços em função das lutas reivindicatórias levadas pelos sindicatos e representa hoje uma real proteção para os trabalhadores e suas famílias. Entretanto ainda existem muitas falhas, pois o dinheiro pago pelas Caixas, nem sempre acompanha o custo de vida. Por exemplo: uma família com dois filhos em direito a 22% do salário mínimo para despesa dos filhos, ou 342 francos, Cr\$ 957,00) entretanto ela recebe hoje apenas 162 francos ou Cr\$ 453,00 cruzeiros. Para manterem os direitos adquiridos os trabalhadores lutam para que as quantias sejam realmente equiparadas ao aumento do custo de vida.

As mulheres trabalhadoras lutam para que as prestações familiares não favoreçam em especial os casais, em que a mulher não trabalha fora, pois: «Esta seria uma maneira de desencorajar a mulher a trabalhar fora e prendê-la ao lar». Elas acham que é importante uma situação de igualdade entre as trabalhadoras e não trabalhadoras, mas querem que as quantias destinadas à família varie de acordo com o número de filhos e não com o orçamento familiar.

Hoje, o patrão que recusa uma mulher grávida na França, pode até parar na cadeia. As assalariadas francesas têm direito a se ausentarem do trabalho para visitas médicas, sem sofrerem descontos; podem ter férias pagas em 90% durante a gravidez, mediante apresentação de um atestado médico e férias maternidade de 12 semanas após o parto. Para melhorar as condições da futura mãe elas lutam por salas de repouso especiais para as grávidas, dentro das empresas; pelo aumento das horas de visitas pré-natais e por férias maternidade de 18 semanas.

Uma das maiores preocupações das trabalhadoras é garantir as conquistas trabalhistas e ao mesmo tempo não permitir que elas se voltem contra elas: - «Somente reivindicando para toda a classe assalariada: dispensa para cuidar dos filhos, menos horas de trabalho, creches, etc...é que conseguiremos a igualdade. Não adianta só a mulher ter estas regras. Estas reivindicações são importantes para todos nós, e os homens são menos conscientes e cabe a nós lutar com mais força».

Ai está, condições e perspectivas de luta das assalariadas francesas. A situação comparada com a nossa pode parecer ideal, mas na verdade ela nos dá a dimensão das conquistas trabalhistas. Essas são as francesas de que pouco nos falamos.

Nós gadas sobre custo as mulheres esperam...  
Sál Maria mín Antor é o m a opi mín ganh ex-me O se mo inexistão desen condi por e mam anda debai Por i não t cia d regist férias Gené conta (CLT) dever que r rio m Assit pago obsta

# TRABALHO - SALARIO - TRABA

Meu Marido é pedreiro. Quanto ganha? Não sei ao certo, acho que uns 2 mil cruzeiros. Ele nunca me dá dinheiro, agora para feira. O resto ele mesmo paga. Para a feira, uma vez por semana, recebo 40 cruzeiros. O que eu compro com isto? Vou no fim da feira, quando as coisas ficam mais baratas e tudo o que compro é verduras e frutas para as duas crianças. Ando muito cansada, acho que estou sofrendo dos nervos. Também, nunca saio de casa. Só para ir ao médico e para ir na SOF (Sociedade de Orientação Familiar). Que faço lá? Estou fazendo um curso sobre frigidez sexual e sobre a educação das crianças.

D. Antônia, a senhora já foi operária e agora dedica-se ao trabalho doméstico. No que o seu trabalho em casa é diferente do trabalho da fábrica?

O trabalho na fábrica não era nem bom nem ruim, mas eu trabalhava mesmo é para ter como viver. Eu acho que quando a mulher casa e tem filhos deve parar de trabalhar. Mas o meu problema é que meu marido não ajuda em nada. Ele quase não fala comigo. Para ele eu não sou esposa, sou empregada. Lá em casa é assim: patrão e empregado. Além disso, meu

marido diz que eu sou feia, que vai arrumar uma loira, que sou preta. Ele é mulato. Eu acho o trabalho de casa muito importante e a gente deve gostar dele. A única coisa que acho ruim é passar roupa. Faço o almoço e o jantar juntos. Quanto tem uma verdurinha, um almoço caprichadinho, leva mais tempo. Mas depende do almoço. Almoço de rico a gente demora pra fazer, mas almoço de pobre (arroz, feijão e uma misturinha) leva uma ou duas horas.

D. Antônia, o que a senhora gostaria mais de fazer se fosse possível escolher?

Bem, eu sempre tive um sonho. A gente tem o direito de sonhar, né? Eu queria é trabalhar num hospital, ser enfermeira. Médica? Eu acho que precisa de muito estudo mas se eu pudesse eu acho que seria melhor ainda. É mesmo, eu gostaria muito de ser médica. As crianças, então, eu poderia pagar alguém que cuidasse delas, né? É mesmo? Eu acho que seria muito bom a gente poder ganhar a vida e ganhar bem e fazer aquilo que a gente gosta. Não é uma coisa importante curar os outros? Quem sabe na outra encarnação eu dou mais sorte e viro médica.

## O SALÁRIO

**ESTÁ E' A RAÇÃO NECESSÁRIA POR UM MÊS, PARA UM HOMEM...**

**PARA UMA FAMÍLIA DE QUATRO PESSOAS, O PREÇO DELA CORRESPONDE AO TRABALHO DE ...**

... EM DEZEMBRO DE 1965 ...

... EM MARÇO DE 1976 ...

**12 HS. POR DIA...**

**24 HS. POR DIA!**

**SE A FAMÍLIA CRESCE?**

**Lista de alimentos (1965):**  
 BANANA 7,5 DIZ.  
 TOMATE 9 kg  
 BANHA 750g  
 MANTEIGAS 750g  
 BATATA 6 kg  
 LEITE 7,5 L.  
 PÃO 6 kg  
 AÇÚCAR 3 kg  
 FEIJÃO 4,5 kg  
 ESPANHA DE TRILHO 7,5 kg  
 CAFE' 600g  
 CARNE 600g  
 ARROZ 300g

Nós Mulheres ouvimos operárias, comerciárias, empregadas domésticas e donas de casa falando o que pensam sobre o salário mínimo e as leis trabalhistas; sobre o custo de vida e os problemas do dia-a-dia. Em resumo, as mulheres nos falam mais uma vez de suas lutas e esperanças.

Salário mínimo? Não sei o que quer dizer isto diz Maria, dona de casa de 36 anos. Eu acho que salário mínimo é o salário recebido pelo menor, explica Antônia, doméstica de 27 anos. Ora, o salário mínimo é o menor ordenado que o trabalhador pode receber, é a opinião de Hilda, 25 anos, costureira. O salário mínimo é aquele pouquinho de dinheiro que a gente ganha para se matar de trabalhar, fala Genésia, ex-metalúrgica, agora desempregada.

O trabalho é, antes de mais nada, a garantia de não se morrer de fome. O terror do desemprego - dada a inexistência de salário-desemprego que garante o padrão de vida da família enquanto o trabalhador está desempregado - termina por levar à aceitação de condições muito duras de trabalho. Aurora e sua mãe, por exemplo, nunca foram registradas e quando reclamando o patrão ameaça: **Se não querem assim podem ir andando. Eu sei que vocês sem este emprego vão parar debaixo das pontes pois são umas pobres coitadas.** Por isso, elas não são "fichadas", como dizem, isto é não têm carteira de trabalho. Não sabiam da existência do salário-mínimo obrigatório e, como não são registradas, não têm direito ao INPS, ao FGTS, às férias remuneradas, etc. Genésia não sabia, e não era o patrão quem iria lhe contar, que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regula para todo o País os direitos e deveres dos trabalhadores, pune com multa os patrões que não respeitam a regulamentação relativa ao salário mínimo (Capítulo III, seção VI, art. 120 da CLT). Assim, o artigo 118 diz que: **O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, não obstante qualquer contrato, ou convenção ao contrá-**

rio, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região ou sub-região em que tiver de ser cumprido.

A Constituição de 1934 garantia aos trabalhadores um salário mínimo capaz de satisfazer suas necessidades básicas: o que mudou desde então?

Segundo a lei (art. 76 da CLT) o salário mínimo é igual a uma certa quantidade de dinheiro que o trabalhador deve receber diretamente do empregador e que deve ser suficiente para satisfazer suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. A definição do que são estas necessidades normais foi fixada após uma série de estudos, em 1938. Assim, verificou-se que uma pessoa para poder continuar viva e trabalhar precisa de uma dada quantidade de alimentos (calorias, proteínas, etc.) que foi chamada de **ração essencial**. (Veja no quadro as quantidades de cada alimento que compõem a ração essencial).

Aí, verificou-se o preço desses alimentos e assim se chegou ao primeiro item para a fixação do salário mínimo. A mesma coisa foi feita relativamente aos gastos com aluguel, roupas etc.

Nos últimos quarenta anos a definição de salário mínimo não sofreu modificações, isto é, ele continuou sendo o **mínimo vital**, abaixo do qual o trabalhador ficaria cada vez mais desnutrido ou terá que morar embaixo de uma ponte ou ir para o trabalho a pé. Enquanto os trabalhadores tiveram maior liberdade para lutar pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho, o salário mínimo chegou a aumentar realmente, permitindo uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores (isto se deu, por exemplo, de 1954 a 1960).

Mas, de qualquer maneira, o salário mínimo sempre esteve abaixo das verdadeiras necessidades do trabalhador e isso por duas razões. A primeira, porque não leva em conta que o trabalhador tem uma família e que ela é a garantia de que amanhã existirão outros trabalhadores. Se a gente, que é das classes trabalha-

doras, não tiver filho, quem vai trabalhar no futuro? pergunta, com muita razão, Genésia. Além disso, lembra Maria, quem vai cozinhar, lavar a roupa, arrumar e limpar a casa, pegar água no poço e cuidar das crianças? Por isso o salário mínimo deveria incluir o sustento do trabalhador e de sua família.

Outra razão para provar que o mínimo fixado não leva em conta as completas necessidades do trabalhador diz respeito aos gastos com educação e recreação, que não são cobertos pelo mínimo. Afinal, nem só de pão vive o homem, diz um velho ditado. Por isso, as Federações e Sindicatos do Estado de São Paulo propõem que seja modificada a definição legal do salário-mínimo, que deve ser a remuneração suficiente para satisfazer às necessidades normais do trabalhador e de sua família, estando incluídas nas necessidades normais, além dos gastos com alimentação, habitação, vestuário e transporte, também os gastos com educação, recreação e previdência.

**Salário mínimo a mais de Cr\$ 3 mil!**

«Para atender aos gastos necessários com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte para sua família o trabalhador necessitaria de Cr\$ 3.741,00 mensais, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)». *Jornal do Brasil - 19/4/77*

Estou de acordo com isto. Quem é que pode viver com 800,00 cruzeiros por mês com a vida cara do jeito que anda? Nós vivemos na casa do patrão do meu marido, que é serralheiro. Minha filha trabalha numa fábrica de pisos e decorações e ganha 700,00 cruzeiros. Eu costuro para fora para ajudar o orçamento. Assim mesmo, o que nós três ganhamos não chega a 2.000,00 cruzeiros. A senhora acha que isto é vida? Morar espremido, comer arroz com feijão aguada - a senhora acha que a gente não come filé, não come frutas e quase nenhuma verdura por gosto? - catar lenha para cozinhar, pegar água no poço, não ter dinheiro para cuidar dos dentes, para nada. Diversões? A senhora está brincando comigo!

# TRABALHO - SALARIO TRABALHO - S

## O SINDICATO

O trabalhador vive exclusivamente de seu salário. Não tem casas ou apartamentos para alugar e viver de renda; não tem dinheiro acumulado para comprar letras de câmbio e ganhar nos juros e, principalmente, não tem capital para comprar máquinas e pagar outros para trabalhar. Por isso, quando está desempregado, arrisca-se a passar fome e frio porque quem ganha no máximo até 3 salários mínimos por mês — como é o caso de mais de 80% dos trabalhadores brasileiros — não pode guardar dinheiro para os dias piores.

Com que instrumentos conta, então, o trabalhador para defender suas condições de trabalho e de vida? O primeiro instrumento é a liberdade de organização para a defesa dos interesses comuns dos trabalhadores. É o sindicato.

A Constituição de 1934 garantia aos trabalhadores «a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos», mas de lá para nossos dias muita coisa se modificou. Os sindicatos continuam existindo e, apesar dos atuais limites para sua atuação, devem ser prestigiados pelos trabalhadores, pois o seu fortalecimento depende basicamente da força que os trabalhadores lhes derem, assim como da força dos sindicatos depende, em grande parte, a eficácia da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

### A POLÍTICA SALARIAL: ANTES E DEPOIS DE 1964

Até 1964 o reajuste do salário mínimo realizava-se através de acordos diretos entre sindicatos e patrões. Durante o governo Castello Branco foram proibidos os reajustes salariais que os sindicatos estavam conseguindo a cada seis meses. Procurando reduzir o custo da mão-de-obra — que os técnicos do novo regime diziam ser a principal causa da inflação — a Circular nº 10 do Ministério da Fazenda fez com que os salários só pudessem ser reajustados uma vez por ano.

A partir daí, pouco a pouco, as decisões em matéria de salários foram passando para o governo federal. De início, o governo determinava o reajuste do salário mínimo e o total dos reajustes salariais nas empresas estatais, enquanto que os demais reajustes continuavam sendo concedidos através de acordos diretos entre sindicatos e patrões. As empresas, entretanto, favorecidas por uma legislação que procurava reduzir ao

máximo o custo da mão-de-obra, passaram, a resistir cada vez mais às reivindicações dos sindicatos. Não se chegando a um acordo, os reajustes eram julgados pelos Tribunais do Trabalho, ou seja, iam a dissídio.

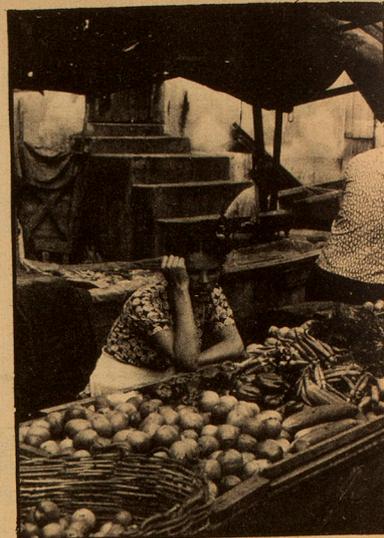
Como os Tribunais de Trabalho mantivessem uma certa independência em relação ao governo federal, os sindicatos conseguiam ainda reajustes iguais ou superiores ao custo de vida. A esse respeito, os Ministros do Trabalho, Fazenda e Planejamento, assim se pronunciaram em junho de 1975: «Demonstrado que está, pela experiência, que as tentativas de reconstrução do salário real, através de reajustamentos efetuados mediante simples aplicação dos índices de aumento do custo de vida, são incompatíveis com uma política anti-inflacionária, torna-se necessário estender ao setor privado da economia normas de disciplina salarial já adotadas no setor público».

Como apesar disso os sindicatos conseguissem manter uma certa força e os Tribunais de trabalho uma certa autonomia, o fim dos acordos diretos entre sindicatos e patrões veio com os Decretos 15 e 17 de julho e agosto de 1966, que determinaram que só o poder executivo poderia estabelecer os índices utilizados para o cálculo dos reajustes.

Os trabalhadores não aceitaram passivamente todas essas modificações, ou seja, a Política Salarial do Governo. Em 1968, em Contagem, município industrial de Minas Gerais, estorou uma greve dos metalúrgicos. O Ministério do Trabalho concedeu então um abono de emergência de 10% (isto é, os salários foram reajustados imediatamente em mais 10%). E para evitar novas reivindicações em outras cidades, estendeu a medida a todo o País. Junto com o abono veio uma nova modificação: o controle de salários pelo governo, que deveria durar três anos, passou a ser definitivo.

### UM JOGO DE CARTAS MARCADAS

As campanhas salariais, dentro do quadro que mostramos, passaram a ser um jogo de cartas marcadas. Os trabalhadores exigindo um tanto e os empregadores, tendo o apoio da legislação, só concedendo o que o governo fixava. Além disso, na época dos dissídios, as empresas passaram a demitir um grande número de trabalhadores para, em seguida, admitir outros com salários mais baixos. Isso foi possível graças ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que entrou em vigor em 1967, acabando com a estabilidade do emprego e permitindo que as empresas despedissem os trabalhadores sem pagar indenizações. O FGTS, portanto é um complemento à Política



Salário do Governo, que atinge principalmente os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, e que por esse motivo são facilmente substituíveis.

A Política Salarial do Governo «lei do arrocho salarial», como é chamada pelos trabalhadores, significou uma enorme desvalorização dos salários que, hoje, não conseguem comprar nem a metade do que podiam antes de 1964.

O salário do pai de família, não sendo mais suficiente para manter a todos, teve que ser somado ao da mãe e dos filhos — mesmo menores — que passaram a contribuir para o orçamento familiar. Outro recurso para fazer frente à elevação do custo de vida foi o das horas extras, que consomem o trabalhador sem nenhuma compensação além de manter uma pequena parte do seu poder aquisitivo. O número crescente de quantidade cada vez maior de acidentes, a ponto de horas extras trabalhadas acabou provocando uma transformação do Brasil em campeão mundial em matéria de acidentes de trabalho.

QUEMS

«A disciplina dos trabalhadores atualmente totalista, com o trabalho, a vertical dos tempos hoje, momentos tão e bilística brasileira Brasil, em Comentar o operário b «Opinião» (6) sário é realm Europa, em qualquer au conta do gov lho ao seu be assumido com segurança, no contrário da quem quiser jovens, mais os mais anti

Quanto ao Brasil, dizer «A Folha de Ford, nos 2.000% send compra dos 12%.

Este é aperi empresas têm a Política ec do governo C

É possível de que forma matéria de r de greve — lidade de ex Entre'ant sindicat' os d cimento dep ladores lhe o fazendo com

## TRABALHO NOTURNO

Não está longe o dia — e na verdade já existe muita gente vivendo esta situação — que ao se entrar numa casa de uma vila operária qualquer escute-se uma voz de homem ninando o filho em plena noite: «Dorme nenê que a cuca vem pegar, papai já trabalhou, mamãe foi trabalhar».

É que cada vez mais um grande número de trabalhadores trocam o dia pela noite e tratam de tentar equilibrar o orçamento doméstico com empregos noturnos.

O que parece ser uma medida progressista da lei — a rigor, numa sociedade mais justa, o trabalho noturno deveria ser uma exceção e, como regra, proibido para ambos os sexos — acaba se transformando numa medida discriminatória contra a mulher. Por que, afinal, o homem pode e a mulher não? Ou pode para ninguém — o que, repetimos, seria o ideal — ou pode para todo mundo.

Bem, mas surge a questão: não pode mesmo?

Tal situação apresenta uma série de problemas de difícil resolução. Começa pelo fato de a legislação trabalhista brasileira proibir o trabalho à noite para mulheres.

Como é que tanta mulher trabalha à noite?

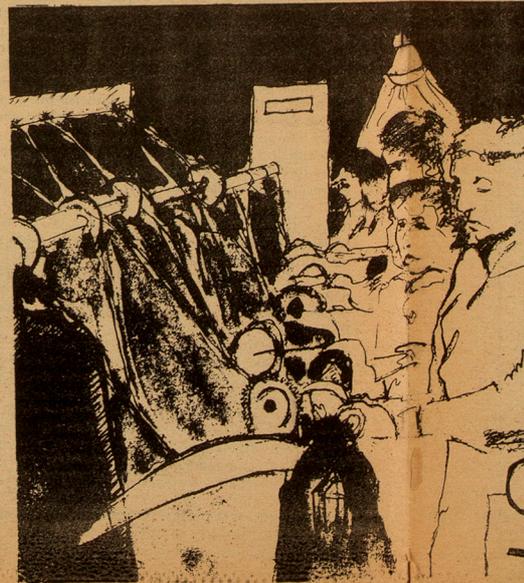
A resposta está na própria legislação, que nem tão progressista é como se poderia pensar a princípio.

A lei proíbe, mas abre uma série de exceções. Ela permite o trabalho noturno para mulheres em setores como empresas de telefonia, hospitais, casas de diversão, hotéis, bares, restaurantes, escolas, indústrias de produtos perecíveis, bancos, serviço de processamento de dados, indústrias de couro e, o que acaba permitindo o trabalho em qualquer setor de atividades, «em casos de força maior».

Como se vê, as exceções não poderiam ser menos, como diríamos (?), exceções, no rigor exato da palavra. E a mulher, de fato, trabalha à noite e com isso, como diz a lei, deve ser melhor remunerada, deve ganhar mais do que se paga ao trabalho diurno.

A grande maioria das mulheres ouvidas por nós aceitaria o trabalho noturno por dois motivos principais: ganhariam mais e não ficariam preocupadas com as crianças que, à noite, estão dormindo.

O primeiro motivo não precisa ser justificado, de tão óbvio que é. O segundo merecê comen-



# TRABALHO - SALARIO / TRABALHO - SALARIO

## QUEM SAILUCRANDONESSA ESTÓRIA?

«A disciplina, a dedicação ao trabalho, o entusiasmo dos trabalhadores brasileiros contrastam profundamente com as agitações e convulsões que afligem atualmente todos os países desenvolvidos da área capitalista, com graves problemas de absenteísmo (falta ao trabalho), aumento contínuo dos custos e redução vertical dos lucros. Nossos técnicos acreditam não existir hoje, em nenhuma parte do mundo, rendimentos tão elevados quanto os da indústria automobilística brasileira» (do superintendente geral da Fiat no Brasil, em 1972, em Minas Gerais).

Comentando essa frase, quanto à diferença entre o operário brasileiro e o de outros países, o jornal «Opinião» (6/5/74) diz: «A diferença para o empresário é realmente grande: no Brasil, ao contrário da Europa, ele não tem que negociar com os sindicatos qualquer aumento de salário, porque isso fica por conta do governo; pode prolongar a jornada de trabalho ao seu bel-prazer; não tem nenhum compromisso assumido com os sindicatos a respeito de normas de segurança, nem em relação ao ritmo de produção, ao contrário da Europa e Estados Unidos; pode dispensar quem quiser, escolhendo em cada momento os mais jovens, mais rápidos, mais produtivos e dispensando os mais antigos, ao contrário dos outros países».

Quanto aos lucros da indústria automobilística no Brasil, dizer que são elevados é dizer pouco. O jornal «A Folha de S. Paulo» (24/4/77) revela que os lucros da Ford, nos últimos cinco anos, foram superiores a 2.000% sendo que, nesse mesmo período, o poder de compra dos salários da empresa teve uma redução de 12%.

Este é apenas um exemplo dos lucros que as grandes empresas têm conseguido obter em nosso País, graças à Política econômica adotada a partir de 1964, durante o governo Castello Branco.

## OS SINDICATOS?

É possível entender, a partir do resumo feito acima, de que forma as transformações ocorridas no Brasil em matéria de relações de trabalho — a começar pela lei de greve — puderam retirar dos sindicatos a possibilidade de exercer real pressão sobre o empregador.

Entretanto, apesar do pouco poder que possuem, os sindicatos devem ser prestigiados, pois o seu fortalecimento depende basicamente da força que os trabalhadores lhe derem através da sua filiação e presença, fazendo com que os sindicatos sejam os defensores dos



interesses dos trabalhadores.

O trabalhador continua sendo a mola-mestra da produção e, como tal, sempre pode criar condições de pressão. Um exemplo disso é o que vem ocorrendo na época dos dissídios de algumas categorias. Tendo em vista que, ao menos formalmente, o sindicato continua participando das determinações do reajuste, são realizadas campanhas salariais, através de Assembléias Sindicais, onde se discute a lista de reivindicações de categorias e a porcentagem de reajuste que se considera justa e viável.

Essas reivindicações são apresentadas pelos representantes sindicais aos representantes dos empregadores de categoria, na Delegacia Regional do Trabalho. Dependendo da combatividade e do número de trabalhadores que se apresentam às Assembléias Sindicais, os empregadores, a Delegacia do Trabalho e a Justiça do Trabalho (organismo superior, ligado diretamente ao Ministério do Trabalho) têm sido obrigados a atender ao menos em parte as reivindicações apresen-

tadas. Isso porque a mobilização alcançada nas Assembléias pode resultar em atividades que diminuem a produção (a falta de motivação do trabalhador para cumprir o seu trabalho na velocidade «desejada» pelo chefe de seção).

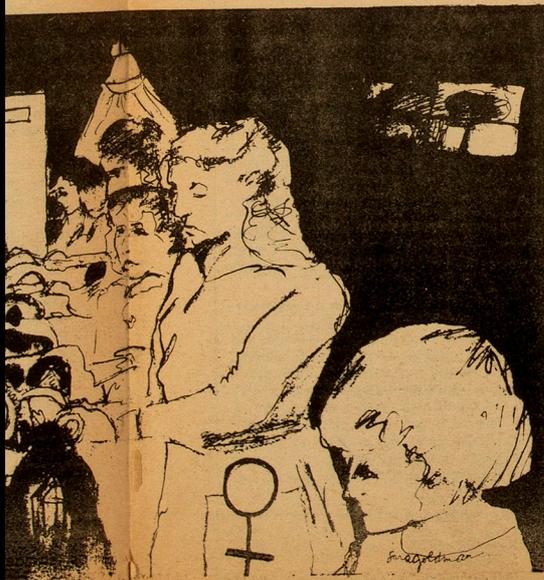
As principais dificuldades enfrentadas pelas campanhas salariais são as seguintes: 1) os Sindicatos não podem fazer acordo direto com os patrões; 2) os reajustes salariais não levam em conta, de fato, a elevação do custo de vida; 3) o espaço entre um reajuste e outro é muito grande e, assim, quando o reajuste é concedido, o custo de vida já comeu o pouco que foi dado; 4) antes dos dissídios, é comum a demissão de trabalhadores e a contratação de outros, que irão receber salários **sem reajustes**, diminuindo o salário de todos os trabalhadores.

Por isso, enquanto não forem superados todos estes empecilhos não será possível ao trabalhador conseguir remuneração que seja capaz de mantê-lo, assim como a toda sua família.

ncipalmente os a qualificação, substituíveis.

o arrocho salariais, significou s que, hoje, não do que podiam

o mais suficien- nado ao da mãe e que passaram a Outro recurso de vida foi o das lhador sem ne- er uma pequena tes, a ponto de rovocando uma dial em matéria



tários por ser exemplar e tornar muito clara uma situação de exploração vivida pela mulher em geral.

Trabalhando à noite a mulher faria todo o trabalho da casa, cuidaria dos filhos no momento em que estes dão mais trabalho e passaria ao marido apenas o cuidado com as crianças enquanto dormissem. Estaria assim caracterizada totalmente a tão falada e denunciada dupla jornada de trabalho em toda a sua extensão. Dormir mesmo, que é bom e necessário só quando as crianças dessem uma folguinha, fossem brincar ou para escola.

E esse não é o único problema. Todas as entrevistadas por *Nós Mulheres* falam em seu medo de serem assaltadas, violentadas, no caminho de ida e volta do trabalho. Esta é, aliás, mais uma característica de uma sociedade machista que simplesmente não respeita a mulher que é vista à noite nas ruas.

O que fazer, então, diante de tal situação? Se a mulher trabalha de dia, deixa as crianças sozinhas — dada a falta de creches que deveriam ser mantidas pelas empresas com mais de 30 funcionárias, como manda a lei — e quando chega em casa ainda tem que fazer todo o trabalho doméstico. Além disso, ganha menos. Se, por outro lado, trabalha à noite, enfrenta a situação já exposta. Que fazer? Talvez lutar para que caia a proibição legal do

trabalho noturno, dando forma de lei a uma realidade que já está aí faz tempo. Reivindicar, então, que na nova legislação sejam previstas maneiras de proteção a esse trabalho. Que sejam dadas condições de segurança para que a mulher possa transitar sem os temores atuais. Talvez.

Sim, talvez. Porque se um dia a nossa sociedade puder assegurar mais direitos, é bem provável que não seja mais necessário, para ninguém, o trabalho na hora em que todos devem dormir.

O que não tem talvez, é a necessidade de sobreviver, de criar o filhos.

O que não tem talvez é a necessidade de adequar as leis à realidade, é a urgência de não permitir que leis como a que garante a estabilidade da mulher grávida, por exemplo, encontrem em seu próprio texto «jeitinhos» para não serem cumpridas, pois se sabe que geralmente a mulher que engravida é demitida, mesmo que com seus direitos pagos.

Enfim, é uma situação tão delicada que chega quase a ser o drama de um condenado à morte, ao qual é dado o «direito» de escolher entre morrer na forca ou por fuzilamento. Trabalhar de dia ou à noite?

«Acorda menino, que é hora de trabalhar, papai está trabalhando, mamãe também já vai.»

# NOTRABALHO

## MORREU NA CONTRAMÃO ATRAPALHANDO O TRÂNSITO

Assim, e com a sensibilidade que o caracteriza, Chico Buarque de Holanda se refere ao trabalhador da construção civil que sofre um acidente.

A rigor, seu verso tem a dupla preocupação de mostrar o pouco cuidado que se tem com a segurança do trabalhador e, tão grave como, o pouco caso que se faz quando o acidente — quase inevitável nas condições atuais do dia-a-dia do operário — ocorre.

**AGONIZOU DO PASSEIO PÚBLICO**, prossegue o poeta em sua denúncia de uma situação que, infelizmente, por motivos óbvios, o próprio trabalhador — o mais interessado no assunto — sofre na pele mas nem sempre conhece os meios de evitar.

O Brasil é recordista também neste aspecto, em termos mundiais. Recentemente a Organização Internacional do Trabalho publicou uma série de dados sobre o problema do acidente de trabalho e a situação brasileira foi apresentada como das mais graves, motivando até, como todos devem se lembrar, campanhas de prevenção no rádio e na televisão. Mas será por esse meio que as coisas se resolverão? Definitivamente, não.

— Aurora, você sofreu ou já foi testemunha de algum acidente de trabalho?

— Já vi. Levaram o operário para o hospital.

— De quem é a culpa?

— É a falta de cuidado do empregado.

— E quais são as condições de segurança onde você trabalha?

— Lá onde trabalho não tem segurança.



— E você, Genésia, já viu ou já sofreu algum acidente?

— Não. Quando trabalhava tinha alergia nas unhas, tava caindo tudo. Não sei o que era.

Essas respostas e essas situações são decorrentes do desconhecimento que a trabalhadora tem dos seus direitos e da falta de condições — liberdade — para reivindicá-los.

Se a trabalhadora soubesse que de 1970 para cá foram registrados mais de dez milhões de acidentes de trabalho, causando cerca de 20 mil mortes e quase 350 mil casos de invalidez permanente, ela estaria começando a entender por que os patrões não dão a devida atenção ao problema.

Ela saberia que não há grandes dificuldades de substituição da mão-de-obra em função do elevado número de desempregados que existe no País e que, por isso, fica mais fácil e mais barato ao patrão contratar outro empregado para o lugar do que se acidentou, em vez de dar as condições de segurança que a lei exige.

Sim, porque existe uma lei. Com falhas, é verdade, mas existe uma lei que não é cumprida e que tem sua origem no ano de 1919.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, «o principal não seria modificar a lei, mas tomar medidas efetivas para sua plena aplicação», o que significa uma fiscalização rigorosa, por parte do governo, das condições de trabalho e financiamentos específicos visando à adoção de normas de prevenção de acidentes.

Mais que isso ainda, é importante perceber que os acidentes de trabalho — mesmo aqueles cuja «culpa» é debitada ao empregado por «distração» ou coisa semelhante — estão diretamente relacionados com o nível salarial do trabalhador, isto é com seu padrão de alimentação de repouso, de educação, habitação etc. É claro que um trabalhador mal alimentado, cansado, pouco treinado para a função que esteja exercendo — e o treinamento adequado deve ser uma obrigação da empresa — está muito mais sujeito a acidentes e a «distrações». E principalmente quando se sabe que a jornada de oito horas de trabalho é quase uma recordação da real idade do trabalhador brasileiro, obrigado a fazer horas extras como forma de tentar manter o seu poder aquisitivo de anos atrás, situação que é responsável por grande parte dos acidentes.

Diz a campanha que «prevenir acidente é dever de todos». Pura verdade. É dever principalmente dos que têm meios e condições para tanto, isto é, os patrões, o governo. E é direito dos trabalhadores, que devem lutar organizados para não **SE ACABAR NO CHÃO FEITO UM PACOTE TÍMIDO**.

# POR MEUS FILHOS FALO ATÉ COM O PRESIDENTE

Num parque infantil da periferia da Grande São Paulo, quase 5 horas da tarde, as mães se reuniam na porta, esperando a saída de seus filhos. A conversa era a mesma de sempre: os filhos, a casa, a vida. De repente, a notícia chegou e logo circulava de boca em boca: «amanhã a diretora do parque será despedida».

### TEMOS QUE FAZER ALGUMA COISA

— «A gente não conseguia entender» — diz dona Rosa — «Final foi ela quem praticamente fundou o parque, e estava com a gente desde o dia da inauguração».

Depois de muita discussão, a única conclusão possível era: temos que fazer alguma coisa.

— «Com tanta diretoria ruim, por que tirar justo essa, que trata tão bem os nossos filhos? Aqui, a gente pode deixar as crianças e sair sossegada, com a certeza de que elas serão bem cuidadas».

Logo alguém do grupo ofereceu sua casa para conversar melhor. As sugestões foram várias: falar com o secretário de Educação, fazer abaixo-assinado, não deixar que a nova diretora assumisse, fazer greve.

Somente duas foram aceitas: falar, com o Secretário de Educação e, dependendo da resposta, não levar mais os filhos ao parque.

— «A gente sentia que era muito difícil chegar a algum acordo; mas depois a coisa correu bem».

Para resolver qual a melhor forma de falar com o secretário foram mais duas horas de discussão. Enfim, chegou-se a um acordo: uma comissão representando as 120 mães iria falar com o secretário. As voluntárias que se apresentassem.

— «Nesta hora foi engraçado, todo mundo com vergonha de ir falar, pois, afinal, não estamos acostumadas a tratar com gente importante. Daí eu falei: «pelos meus filhos eu falo até com o presidente. E me ofereci».

Depois que a primeira voluntária se apresentou, foi muito fácil e todo mundo queira ir. No final ficou decidido que, entre as que se apresentaram fossem escolhidas trinta.

— «Achamos que era preciso ir em número grande, pra dar força. Se uma ficasse com vergonha a outra cutucava. Foi o que ficou combinado». No final da reunião, as trinta escolhidas se juntaram para decidir quais as perguntas que seriam feitas e como dizer que se a diretora não voltasse as crianças também não voltariam. Ficou marcada outra reunião para o dia seguinte, à noite.

— «A primeira coisa que perguntamos foi: por que despedir a diretora? Que era para o bem de nossas crianças foi a resposta. Eu, já com raiva de ter ficado esperando quase uma hora para falar com a «chefe», respondi que quem sabia o que era melhor para nossos filhos eram suas mães, e que se a diretora não voltasse a gente não queria parque infantil» — continua contando dona Rosa.

Depois de conversar com o secretário, nada ficou prometido: «Que ele ia ver, que havia problemas políticos, que quem sabe, talvez... Não precisamos preocupar que nós só queremos fazer o melhor para a população».

### OU VAI OU RACHA!

No dia seguinte, a diretora não foi. As crianças também não.

— «A gente estava uma fera, não sabia no que ia dar. Sabemos que é importante o parque infantil para nossos filhos, mas não entregamos nossos filhos para qualquer um, não! Repetiu isso na reunião até cansar. Muitas já estavam desanimando. Eu disse pra mim mesma: ou vai ou racha». Após muita discussão, as mães decidiram que iriam levar os filhos ao parque infantil no dia seguinte, mas, se a diretora não tivesse reassumido, voltariam com as crianças para casa.

— «Nesse dia, estávamos muito nervosas. Mas quando chegamos ao parque, foi um suspiro geral, a diretora **tinha voltado**. Agora, a gente está de olho pra ver o que acontece, porque pode haver vingança, a gente sabe. Mas, acontece o que acontecer, estamos firmes. Queremos mostrar que, enquanto não mexem com a gente nós ficamos no nosso canto, mas é só mexer que a gente se movimenta, né?».

O que aconteceu neste parque infantil é mais um exemplo do que as mulheres podem fazer quando resolvem se organizar por alguma coisa. Nem todos os parques infantis, creches ou escolas têm diretoras tão eficientes como esta e muito menos oferecem bons serviços e equipamentos adequados para nossas crianças.

Está aí mais um campo de batalha aberto para nós mulheres.

### EDUCAÇÃO, UM CAMPO DE LUTA

Não é fácil a gente se organizar para reivindicar o que temos direito, como podemos ver pelo que aconteceu com as mulheres do parque infantil: não estamos acostumadas a falar em grupo, temos vergonha de nos dirigir às pessoas que ocupam cargos importantes nos serviços públicos, desanimamos muito rápido. Tudo isso é compreensível porque a mulher foi educada somente para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Por outro lado, a gente pode também mudar nossa educação

incluindo novas atitudes ao comportamento comum de todas.

Se em todos os parques infantis, creches, escolas, as mulheres se unirem, não só para tirar ou trazer diretoras de volta, mas também para exigir melhores condições, horários mais de acordo com as nossas necessidades, professores especializados e maior número de vagas, os serviços públicos, no setor da Educação, funcionariam muito melhor.

Afinal, é a educação dos nossos filhos que está em jogo e por eles, como diz dona Rosa, «eu falo até com o Presidente».

# NACIONAL

## O VAIVEM DAS REFORMAS

O Congresso foi fechado. O Congresso foi reaberto. Tudo muito simples, tudo muito rápido. Foram catorze dias sem que as Casas do Povo — onde os senadores e os deputados federais trabalham para representar aqueles milhões de brasileiros que os elegeram — pudessem cumprir suas obrigações de defender os interesses da população brasileira.

Mas, perguntam todos, por que? As respostas não são fáceis.

O governo — responsável pelo fechamento do Congresso — argumenta que foi obrigado a tomar tal atitude porque o MDB impediu que se realizasse a reforma do Poder Judiciário, isto é, a reforma do poder que julga os casos comuns que acontecem no dia-a-dia.

O partido da oposição — o MDB — não aceita essa explicação. Seus chefes dizem que todos eram a favor da reforma mas que — e isso é muito importante para entender o problema — não podiam aceitar aquilo que o governo propunha.

É que, para o MDB, na reforma proposta pelo governo não se falava em dois pontos fundamentais para todo o povo brasileiro:

1) não falava no direito do **habeas-corpus** para os crimes políticos, isto é, não permitia um direito primário em qualquer democracia deste mundo, no sentido de oferecer garantias à pessoa que se visse ameaçada de sofrer violências ou pressões em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso do poder. A expressão **habeas-corpus** vem do latim e significa «que tenha corpo».

2) não garantia a plena liberdade de julgamento por parte dos juizes, constantemente ameaçados com atos administrativos (remoção) em sua atribuição legal de julgar, sempre que não atendessem aos interesses dos governantes.

Desses dois pontos o **MDB** não abria mão e lutou com todas as suas forças para que fizessem parte da reforma. Neste aspecto é importante ressaltar que o partido da oposição tinha o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e de quase todos os juristas brasileiros.

### A Reforma com um Pretexto

O governo não cedeu. Resolveu fechar o Congresso com os poderes que o AI-5 lhe facultava e, desta forma, impor a reforma do Judiciário. Na realidade isso foi só um pretexto. Há muito tempo — desde que o MDB começou a ganhar a simpatia e os votos do povo brasileiro — que o governo estudava uma maneira de não permitir que o partido da oposição chegasse ao poder. Afinal, a Constituição brasileira — a carta que regula os direitos e deveres de todos nós — previa eleições livres e diretas para governador para o ano que vem. Tudo indicava que o MDB fosse ganhar estas eleições e era isso que o governo queria evitar.

Foi então com o pretexto da reforma do Judiciário que o governo resolveu eliminar todos os riscos de perder as próximas eleições.

Aproveitou que o Congresso estava fechado e modificou aspectos fundamentais da Constituição, aspectos que em países como os Estados Unidos, por exemplo — onde o presidente não pode fechar o Congresso e o Congresso pode destituir o presidente — só seriam modificados com a plena participação popular na discussão de cada modificação.

Desta forma, foi introduzida uma série de mudanças e as mais importantes são as seguintes: 1) as eleições dos governadores serão feitas pela via indireta; 2) um terço do Senado também será eleito indiretamente; 3) os candidatos às eleições não poderão fazer propaganda falada pelo rádio e pela televisão; 4) a criação, aumento e cobrança imediata de impostos

passa a ser possível em qualquer época, mediante lei complementar.

Isto tudo significa que o alcance da atuação do MDB, e do povo em geral, ficou ainda mais reduzido e que, de acordo com os mais importantes analistas políticos, todas as medidas seriam tomadas mais cedo ou mais tarde pelo governo, independentemente do veto do MDB ao projeto de reforma do Judiciário, projeto este — bom lembrar — cujo relator, o senador armista Accioly Filho, recusou-se a aprovar, não comparecendo no dia da votação.

### A Constituinte vai Sensibilizar o Brasil

Logo após a reabertura do Congresso o MDB levantou a bandeira da Constituinte. Ou seja, o partido se colocou a favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Esta Assembléia seria eleita pelo povo através de eleições livres e diretas e substituiria o Congresso Nacional com o Objetivo de dar ao Brasil uma nova Constituição. Para garantir um trabalho livre e sem restrições na elaboração da nova constituição, o MDB reivindica a revogação dos atos que limitam as liberdades públicas, como o AI-5 e pedem anistia para os que foram atingidos pelo movimento de março de 64. Essa proposta teve apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e de outros setores que lutam pela reabertura democrática no País.

Segundo Fernando Cunha, deputado pelo MDB de Pernambuco, «a idéia da Constituinte deverá sensibilizar todo o povo brasileiro, pois é a única saída democrática para o País».

### HOJE, CONSENTE QUEM CALA

No dia 5 de maio, cerca de 10 mil estudantes realizaram uma concentração no centro de S. Paulo, para protestar contra a prisão de quatro operários e quatro estudantes ocorrida por ocasião do 1º de maio. Essas prisões foram o estopim para que os estudantes saíssem às ruas. Desde o início do ano, com o corte de verbas da Universidade de São Paulo, vem se desenvolvendo um movimento de protesto por parte dos universitários. Em março ocorreu a primeira passeata (em Pinheiros), onde os estudantes pediam mais verbas, melhores condições de trabalho e pesquisa, restaurante na universidade a preços populares. Aqui os estudantes já iam além de suas reivindicações específicas: protestavam contra a carestia e reivindicavam por liberdades democráticas.

Com a prisão de estudantes e operários de S. Bernardo, os estudantes, que já se encontravam mais organizados que em anos anteriores, conseguiram mobilizar não só a massa estudantil, como também outros setores de oposição democrática. No ato público realizado do dia 3 de maio, na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC), onde compareceram estudantes, políticos do MDB e outras organizações que lutam por liberdades democráticas, decidiu-se por uma concentração de protesto no Largo S. Francisco,

«Território Livre» da faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.

### Uma Carta Aberta Correta

A atuação dos estudantes na concentração mostrou um movimento estudantil ativo, com palavras de ordem politicamente corretas e que sensibilizaram a população.

Na carta aberta distribuída à população, os estudantes diziam: «Hoje, consente quem cala: Basta às prisões. Basta de violências...» e pediam pelo «fim das torturas, prisões e perseguições políticas; libertação imediata dos companheiros presos; anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos; pelas liberdades democráticas.»

Essa manifestação, que teve o apoio do povo que se encontrava nas ruas, que aplaudiu e jogou papel picado demonstrando a sua solidariedade, não foi um ato isolado. Não foi simplesmente uma manifestação de jovens da classe média, que saem às ruas para reclamar. Os estudantes são sem dúvida, na sua grande maioria, das classes médias, mas foram dessa vez os porta-vozes do protesto do povo brasileiro: levantaram suas vozes contra a carestia, contra a exceção e contra a violência. Diziam eles na «Carta Aberta»: «porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos, não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar seus direitos.»

Se ainda é cedo para avaliar o alcance do protesto dos estudantes, uma coisa é certa: eles manifestaram a insatisfação com a situação de exceção em que vive o País. E, sobretudo mostraram que estão prontos para brigar e para garantir a integridade física e moral de seus companheiros presos.

### CENSURA NO RÁDIO

Quantas vezes, ao lermos notícias nos jornais sobre fatos acontecidos no dia anterior nos espantamos com a quantidade de coisas que não ouvimos no rádio e nem vimos na TV? Inúmeras vezes. Isso acontece por que a censura que se exerce sobre o rádio e a televisão consegue ser muito maior do que a dos jornais e revistas: os canais que não cumprem as normas ditadas pela censura simplesmente saem do ar. Nesses últimos meses, a censura tornou-se mais rigorosa quanto a notícias de caráter político. O rádio que atinge 96% do público brasileiro, impossibilitado de divulgar notícias políticas, acaba caindo no descrédito dos ouvintes, que vêm nos jornais do dia seguinte as notícias que o rádio não pôde dar. Está aí a explicação dos que se espantaram, no dia em que o Congresso foi fechado pelo fato de as emissoras de rádio e TV não terem dito uma palavra sobre o assunto. O mesmo aconteceu com a passeata de estudantes do dia 5 de maio. Nessas ocasiões são noticiadas as últimas focos do meio artístico ou a briga da princesa Margareth com seu marido.



# 89 ANOS DEPOIS



O problema racial brasileiro é deficiente, pouco discutido e nem sempre preocupa a maioria das pessoas. No entanto, durante quatro séculos os negros trazidos da África aqui trabalharam e, como um sapato velho que depois de usado só resta jogar fora, se tornaram mercadoria do senhor branco.

Quer queiram ou não, a escravidão faz parte de nosso passado, seja você branco ou preto. Não adianta negá-la ou simplesmente esquecê-la no baú. As marcas que ela nos deixou são ainda visíveis na atualidade: 89 anos após a Abolição, os negros são grande parte da massa marginalizada. Porque? Existe ou não discriminação racial no Brasil? Quais os problemas que enfrentam os negros no dia-a-dia? Como vêm sua libertação?

Para discutir esses e outros problemas, **Nós Mulheres** organizou um debate com algumas mulheres negras. Participaram da entrevista: Amélia, 36 anos, jornalista, mãe solteira; Maria de Lurdes, 30 anos, estudante de química, trabalhando em um laboratório, solteira; Lúcia, 21 anos, doméstica, solteira; Lurdes, 25 anos, doméstica, mãe solteira, e Vera, 26 anos, professora, solteira, membro do conselho Editorial de **Nós Mulheres**. Queremos agradecer a Glória Nogueira, Francisco Lucrécio Pai e Filho, que nos ajudaram neste trabalho.

**QUANDO A GENTE FALA POUCO EM UM ASSUNTO, ACABA ESQUECENDO.**

**Nós Mulheres.** O que significa para vocês o 13 de Maio?

Amélia- Uma vez perguntei a minha mãe o que era o 13 de Maio e ela, muito grossa (risos), respondeu: «Disseram que libertaram os escravos, mas não estou sabendo de nada disso».

Lucia- Acho um dia importante, só porque é preto não precisa ser escravo. Maria de Lurdes- Na minha casa ouvia falar: «13 de Maio libertação dos Escravos», mas para mim não tinha nenhum significado.

Lurdes- Na minha umbanda chamo do dia do Preto Velho.

**NM.** Vocês acham que a abolição se fez sem luta?

Amélia- É claro que houve luta. É como hoje, não se faz nada sem luta. Lúcia- Muitos escravos fugiam, apanhavam porque queriam a liberdade, criavam lutas para se defenderem como a capoeira.

**NM.** E quais seriam os verdadeiros heróis da Abolição?

Lucia- contando com os escravos?

**NM.** Claro!

Lúcia- Então os escravos e pelo que dizem a Princesa Isabel. Os outros não lembro: quando a gente fala pouco de

**«Ser negro nada mais é que ter todos os problemas do branco só que um pouco aumentados. Ser crioulo é ter os problemas da mulher mais os da cor».** Amélia



**«Antigamente o movimento dos negros era mais combativo, mas com o tempo as coisas foram mudando de figura e da gleba de Luis Gama no Largo do Arouche, as comemorações do 13 de Maio passaram para os pés da Mãe Preta do Largo do Paissandú, uma imagem sentimental e equivocada da negra. Luis Gama sempre lutou pela libertação de seus irmãos e teve grande inspiração em sua mãe, Luiza Mahin, uma negra africana, comerciante e livre, mas que mesmo assim participou ao lado dos escravos em várias revoltas da Bahia. Hoje em dia porém, quantos sabem quem são estes personagens?»** Francisco Lucrécio, 67 anos, dentista, militante negro brasileiro

um assunto acaba esquecendo.

Amélia- Não é por nada não, mas a Princesa Isabel entrou de figura decorativa. Os verdadeiros heróis só podem ter sido nós mesmos que continuamos vivos. Depois da bendita Lei Aurea, os negros ficaram sem saber o que fazer da vida. Cada um foi para um lado e ainda hoje é difícil de juntar três crioulos para conversar. Falar do problema racial é a coisa mais difícil desse país. A lei Aurea ainda está para nascer e por isso o 13 de Maio não significa nada para mim: ninguém sabe porque está aqui, o que é ser preto.

**NM.** Existe preconceito racial no Brasil?

Lurdes- Existe, a figura do preto não é aceita.

**NM.** Como assim?

Lúcia- Quando você vai procurar trabalho, para se entrozar no meio do branco e mesmo na rua, tem gente que olha esquisito para a pessoa de cor. Lurdes- Em qualquer lugar te tratam diferente.

Maria de Lurdes- Em Belém, onde nasci, dependendo da classe social você não é preto, é igual. Lá é mais disfarçado que aqui. Mas acho que o mais evidente é quando se procura trabalho. Amélia- E, mas o pior preconceito é o que chamo de psicológico. Dependendo do emprego e da atitude que toma, você pode ser aceita. Uma vez fui procurar trabalho de secretária e não queriam me aceitar. Então perguntei: «O Senhor não quer que eu trabalhe porque sou preta?». O homem ficou tão sem graça que me empregou. Só que eu não sabia bater a máquina e ele com medo de ser chamado de racista não me mandava embora (risos). Mas o negócio é que mesmo quando se é aceita dá problema e a gente acaba ou desistindo do trabalho ou querendo subir na vida, ficar por cima, para se vingar. E aí, é chamado de crioulo de alma branca.

Outra coisa me incomoda muito é uma certa maneira das pessoas te tratarem. Você vai a uma festa de brancos e começam as apresentações: «Esta é Glória, ele é João e esta, é a AMÉLIA, estudou filosofia, é muito inteligente, etc...» No fundo eles querem dizer: «Por favor aceitem a Amélia, ela é negra mas tem cultura, não é uma preta qualquer...»

As datas foram feitas para ativarem a memória de um povo. Maio é o mês dos trabalhadores, das mães, e da Libertação dos Escravos no Brasil. O tempo passa e se não as tomarmos para nós, essas datas acabam por perder seus significados: o dia dos trabalhadores vira dia do Trabalho, o dia das Mães, pura publicidade para vendas de produtos e a Libertação dos escravos, uma comemoração apática de uma Libertação duvidosa.

**QUANDO A GENTE CONVERSA NA COZINHA, TINHA DE SER BAIXINHO QUE NEM NO TEMPO DA ESCRAVIDÃO.**

**NM.** Alguma de vocês já foi discriminada?

Maria de Lurdes- Uma vez me barraram em um clube do interior.

**NM.** E voce pensou em denunciar?

Maria de Lurdes- Não.

**NM.** Por que?

Maria de Lurdes- E adianta? Eles ainda podiam me chamar de lavadeira (risos).

Amélia- A maioria dos pretos não pensa em denunciar, ir à delegacia ou em mostrar que é ilegal a discriminação. Antes de tudo, estamos no Brasil: quando você é roubada pensa em ir à delegacia? Nem sempre resolve o problema.

**NM.** O que leva à discriminação?

Amélia- Quando aumenta a concorrência entre brancos e pretos no mercado de trabalho, o preconceito vem mais à tona; o negro subalterno não cria muitos problemas para o branco. Quando mudei para cá, me disseram no Rio: «Você não consegue emprego em São Paulo, lá eles não aceitam negros». Mas, foi aqui em São Paulo, que vi a primeira reação de grupo contra o racismo.

**NM.** Quer dizer que quando aumenta a discriminação o preto fica mais consciente?

Amélia- Não sei, mas quando alguém diz que não vai te dar emprego porque você é preto, o problema fica bem claro.

**NM.** A discriminação seria mais o resultado de uma situação econômica?

Amélia- Não só: o econômico é objetivo, do racial subjetivo.

Lucia- É, mas se preto não fosse sempre pobre, facilitaria as coisas.

**NM.** E com a crise econômica e a maior concorrência entre brancos e pretos no mercado de trabalho, a situação vai piorar?

Maria de Lurdes- Bom, a pressão econômica vai pesar mais que o problema racial. As pessoas vão se unir em torno do problema econômico.

Amélia- Eu também acho, pois mesmo



